

Junho

2016

MERCADO DE TRABALHO

(Versão preliminar finalizada em 10 de junho de 2016)



31

CONJUNTURA

CARTA DE

Governo Federal
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Alexandre dos Santos Cunha

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Roberto Dutra Torres Junior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Mathias Jourdain de Alencastro

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Marco Aurélio Costa

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto

José Aparecido Carlos Ribeiro

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Chefe de Gabinete, Substituta

Cinara Maria Fonseca de Lima

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

MERCADO DE TRABALHO

Sandro Sacchet de Carvalho¹

SUMÁRIO

No primeiro trimestre de 2016, as condições do mercado de trabalho permaneceram em ritmo acelerado de deterioração. A taxa de desemprego alcançou 11,2%, 3,2 pontos percentuais acima do observado no mesmo período do ano anterior. O setor populacional mais atingido pelo desemprego foram os jovens entre 14 e 24 anos tanto em termos absolutos como em termos relativos.

Desde o último trimestre de 2015, os dados da PNADC indicam que o aumento do desemprego foi causado majoritariamente pela queda da população ocupada, tendo sido reduzida a contribuição do aumento da população economicamente ativa (PEA). Por outro lado, o aumento do desemprego não tem sido ainda mais intenso, pois muitos trabalhadores têm tomado a iniciativa de se tornarem trabalhadores por conta-própria. A queda do número de trabalhadores formais (e também de empregados sem carteira) está sendo mais forte que a de ocupados, situação que se agravou no primeiro trimestre deste ano. De acordo com o CAGED, entre janeiro e março de 2016 foram encerradas mais de 320 mil vagas formais, contra cerca de 65 mil no mesmo período do ano passado.

Na comparação com o trimestre anterior, o rendimento real médio não apresentou um desempenho tão ruim quanto à ocupação, mantendo-se em patamar semelhante. Entretanto, na comparação com o ano anterior, o rendimento real já apresenta queda de mais de 3%. A PNADC mostra que a redução nos salários reais foi pior em setores que exigem menor qualificação, resultado corroborado pelo fato de que a queda dos rendimentos foi mais forte entre aqueles que recebem menos que o salário mínimo. Os rendimentos reais para quem recebe menos que o mínimo caíram cerca de 10% nos últimos 12 meses. Já o rendimento real do decil superior da distribuição de renda caiu 6,7% no último ano. Apenas o trabalhador que ganha exatamente o salário mínimo não apresentou perda real de rendimento. A queda generalizada nos rendimentos, somadas à queda na ocupação fizeram com que no trimestre entre fevereiro e abril de 2016, a massa salarial se situa-se em 173 bilhões de reais (em R\$ de março de 2016), mesmo patamar que se encontrava há três anos.

Devido ao cenário macroeconômico atual, é provável que se observe a manutenção da queda do nível de ocupação, visto que esta tem sido causada principalmente pelo menor número de admissões. Se isso resultará em aceleração da taxa de desemprego, dependerá muito do comportamento da PEA. Se ela voltar a crescer como no primeiro semestre de 2015, o desemprego subirá no mesmo ritmo acelerado apresentado neste trimestre.

¹ Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. *E-mail*: <sandro.carvalho@ipea.gov.br>.

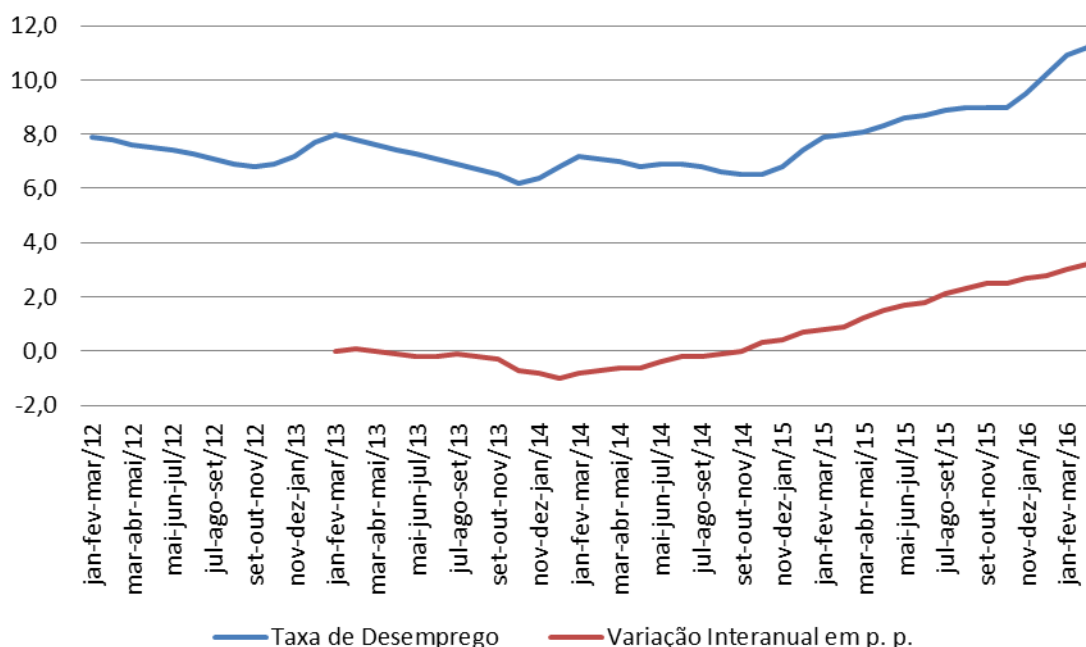
TAXA DE DESEMPREGO E NÍVEL DE OCUPAÇÃO

De acordo com as informações mais recentes divulgadas pela PNADC, o primeiro trimestre de 2016 apresentou um aprofundamento da deterioração das condições no mercado de trabalho. A taxa de desemprego passou de uma média de 9,0% no 4º trimestre de 2015 para uma média de 10,9% no 1º trimestre deste ano, alcançando 11,2% no trimestre móvel que inclui abril de 2016. A deterioração do desemprego fica mais clara quando se analisa a variação interanual conforme revela o gráfico 1. Enquanto que ao longo do 4º trimestre de 2015 a taxa de desemprego manteve-se estável em 2,5 pontos percentuais acima do valor do mesmo trimestre de 2014, em 2016 a variação interanual do desemprego voltou a acelerar atingindo 3,2 pontos percentuais no trimestre móvel entre fevereiro e abril.

GRÁFICO 1

Taxa de Desemprego (jan-fev-mar./2012 – fev-mar-abr./2016)

(Em %)



Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

A Tabela 1 mostra a evolução taxa de desemprego para diferentes grupos demográficos ao longo dos dois últimos anos. A tabela revela algumas características já conhecidas do desemprego brasileiro, como o fato de ele ser mais intenso no Nordeste, entre as mulheres, os mais jovens (até 25 anos), os que não são chefes de família, com ensino médio incompleto e nas regiões metropolitanas. Da mesma forma, analisando-se a comparação interanual em pontos percentuais nota-se que a crise afetou mais gravemente justamente esses grupos que tendem a ter desemprego mais elevado. Entre o 1º trimestre de 2016 com o 4º trimestre de 2014 (ponto mínimo de desemprego na maioria dos grupos), o desemprego subiu 11,1 p.p. entre os jovens, mas somente 3,1 p.p entre os adultos até 59 anos. Subiu 6,2 p. p entre aqueles com ensino médio incompleto e 3,3 p. p. para trabalhadores com ensino superior, ou ainda subiu 5,8 p.p. entre chefes

de família e 2.7 p. p entre não chefes. Por outro lado, o oposto tende a ser verdadeiro quando se analisa a evolução do desemprego em termos percentuais. Por exemplo, comparando o mesmo período, a taxa de desemprego subiu 95% na região Sul, contra 54% no Norte e Nordeste. Ou ainda subiu 80% entre os chefes de família contra 63% entre os não chefes. A exceção são os mais jovens que apresentam uma taxa de desemprego 73% maior, elevação superior aos demais grupos etários.

TABELA 1
Taxa de Desemprego
(Em %)

	2014				2015				2016
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
Brasil	7,17%	6,85%	6,77%	6,50%	7,94%	8,31%	8,88%	8,96%	10,90%
Centro Oeste	5,89%	5,58%	5,39%	5,31%	7,29%	7,36%	7,52%	7,37%	9,66%
Nordeste	9,34%	8,78%	8,57%	8,26%	9,56%	10,28%	10,81%	10,45%	12,80%
Norte	7,71%	7,23%	6,90%	6,77%	8,66%	8,53%	8,84%	8,63%	10,48%
Sudeste	7,05%	6,85%	6,86%	6,60%	7,99%	8,28%	9,03%	9,59%	11,38%
Sul	4,37%	4,13%	4,22%	3,77%	5,10%	5,52%	5,99%	5,69%	7,35%
Masculino	5,91%	5,81%	5,65%	5,55%	6,62%	7,14%	7,71%	7,72%	9,48%
Feminino	8,81%	8,21%	8,24%	7,72%	9,64%	9,81%	10,40%	10,56%	12,75%
14-24anos	16,83%	16,23%	16,16%	15,25%	19,02%	19,48%	20,75%	20,89%	26,36%
25-59anos	5,20%	5,00%	4,94%	4,81%	5,79%	6,17%	6,64%	6,69%	7,91%
Mais de 59anos	2,09%	1,91%	1,87%	2,05%	2,12%	2,58%	2,72%	2,52%	3,29%
Não Chefe de Família	10,14%	9,71%	9,65%	9,17%	11,27%	11,56%	12,38%	12,29%	15,00%
Chefe Família	3,70%	3,53%	3,41%	3,38%	4,05%	4,54%	4,84%	5,06%	6,07%
Fund. Incomp.	5,96%	5,75%	5,72%	5,67%	6,47%	7,11%	7,86%	7,86%	9,06%
Médio Incomp.	9,50%	9,32%	9,13%	8,72%	10,46%	10,89%	11,85%	12,22%	14,95%
Médio Comp.	7,09%	6,64%	6,58%	6,22%	7,93%	8,13%	8,49%	8,57%	10,65%
Superior	5,06%	4,57%	4,62%	4,31%	5,79%	5,59%	6,17%	6,22%	7,64%
RM	8,02%	8,07%	7,83%	7,27%	8,75%	9,10%	9,69%	9,75%	11,93%
NRM	6,53%	5,93%	5,90%	5,92%	7,33%	7,72%	8,29%	8,37%	10,13%

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

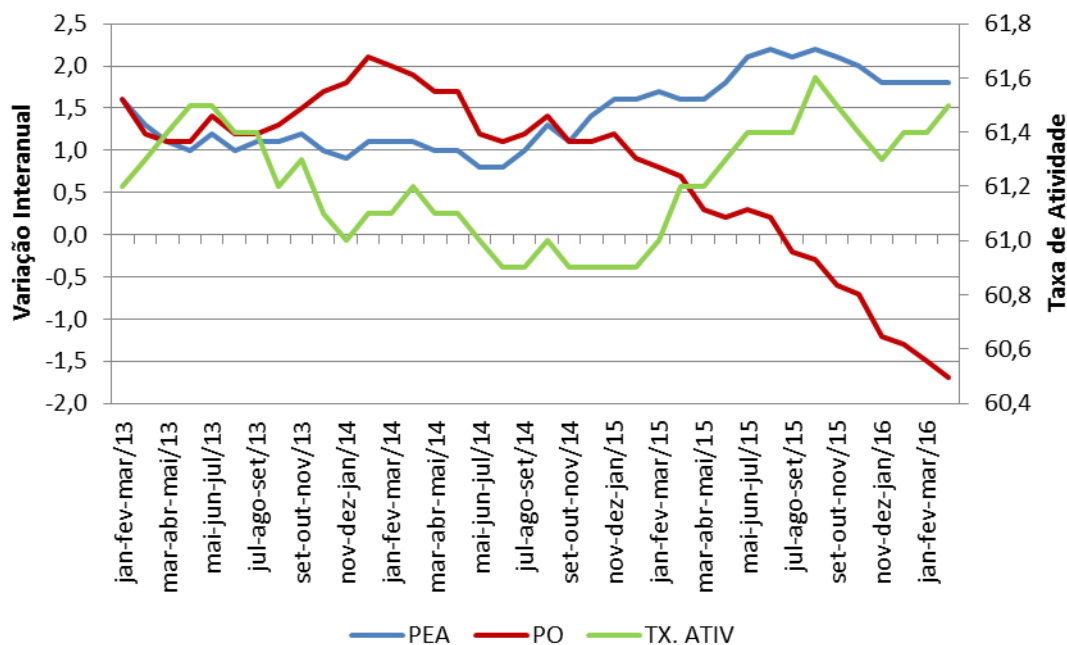
No gráfico 2, mostra-se a taxa de variação interanual da população ocupada, da população economicamente ativa e da taxa de atividade, de acordo com a PNADC. O influxo de trabalhadores na PEA decorrente da crise perdeu força após julho de 2015, tendo havido uma estabilidade na comparação interanual em meses mais recentes, com a PEA crescendo 1,8% em comparação com o ano anterior. Com isso, a taxa de atividade também se manteve estável registrando 61,4% no 1º trimestre de 2016, mesmo

valor registrado no último trimestre de 2015, encerrando, por enquanto, um ciclo de expansão da taxa de atividade que se observou nos três primeiros trimestres de 2015.

GRÁFICO 2

PO, PEA e Taxa de Atividade

(Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

O gráfico 2 reforça que, de acordo com a PNADC, na comparação interanual, o nível de ocupação tem apresentado uma deterioração contínua e crescente desde o início da crise no final de 2014. A expansão da população ocupada começou a cair no início de 2014, mas é apenas ao final daquele ano que o crescimento da PO passou a ser significativamente inferior ao crescimento da PEA, causando o início da elevação da taxa de desemprego. No primeiro trimestre de 2016 a população ocupada era 1,5% menor que no primeiro trimestre do ano anterior (1,7% no trimestre entre fevereiro e abril). Aplicando uma decomposição da variação da taxa de desemprego utilizada em Banco Central (2010)², verifica-se que a queda da PO e o aumento da PEA tiveram contribuições similares para o aumento do desemprego desde o último trimestre de 2014. No entanto, entre o 4º trimestre de 2014 e o 3º de 2015, o crescimento da PEA foi responsável por 74% do aumento do desemprego, enquanto que nos dois últimos trimestres, a queda da PO explica cerca de 67% da piora da taxa de desemprego.

Tendo em vista que o grupo dos jovens foi o mais afetado pelo aumento do desemprego, seu comportamento será analisado com mais detalhe. O gráfico 3 mostra como se divide a população entre 14 e 24 anos entre ocupados, desocupados, aqueles que só estudam e os chamados “nem-nem”, ou seja, aqueles que nem estudam nem participam da força de trabalho. A proporção de jovens ocupados vem caindo desde

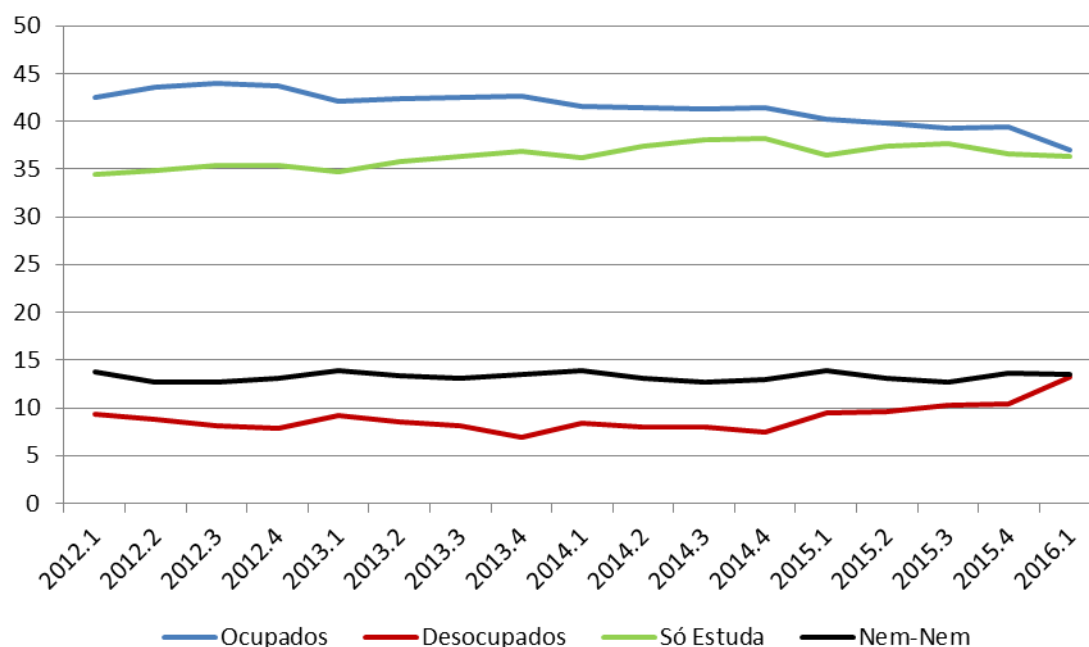
² BANCO CENTRAL DO BRASIL. Desemprego aberto no Brasil: Contribuições da oferta e da demanda por trabalho. In: Relatório de Inflação, p. 17-19, dez. 2010.

2013 de acordo com a PNADC. Após atingir um pico de 44% no terceiro trimestre de 2012, os jovens ocupados eram apenas 37% no primeiro trimestre de 2016. No entanto, até 2015, essa queda na ocupação era refletida muito mais no aumento daqueles que apenas estudavam do que em qualquer elevação de desempregados. Os jovens que somente estudavam subiram de 35% em 2012 até 38,2% no último trimestre de 2014, e, desde o início da crise, recuaram novamente até 36,3% no início de 2016. Por outro lado, a proporção de jovens desocupados oscilava em torno de 8% até 2015, tendo subido aceleradamente desde então, alcançando 13,2% em 2016. Enquanto isso, a parcela de jovens nem-nem não mostrou qualquer tendência, tendo oscilado em torno de 13% durante todo o período.

GRÁFICO 3

Proporção da população jovem entre ocupados, desocupados, só estudantes e nem-nem.

(em %)



Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

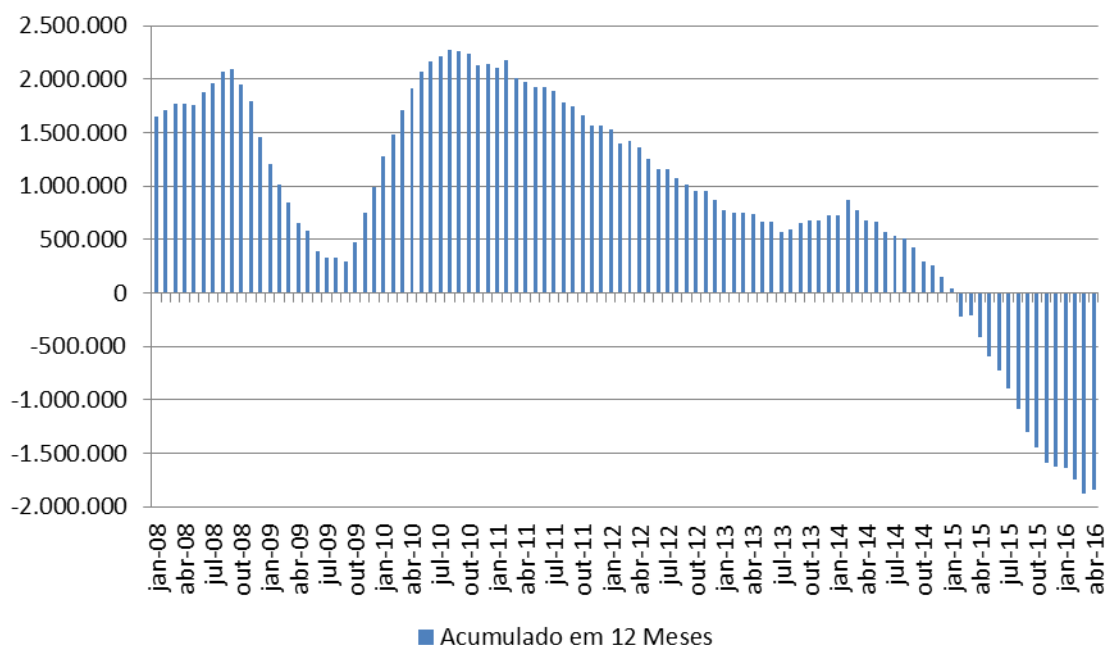
De modo geral, o aumento do desemprego entre os jovens pode ser explicado pelas mesmas tendências observadas para o desemprego em geral. Houve uma forte redução nas admissões (probabilidade de encontrar emprego), bastante mais intensa que o aumento da probabilidade de perder o emprego. Por exemplo, a chance de um jovem permanecer empregado entre um trimestre e o seguinte no segundo trimestre de 2012 era a mesma que no terceiro trimestre de 2015. Apenas nos dois últimos trimestres houve um aumento na probabilidade do jovem perder o emprego. Por outro lado, a probabilidade do jovem encontrar um emprego (seja desocupado, só estudante ou nem-nem) apresenta queda desde 2014. Queda bastante intensa na transição do desemprego para a ocupação, e menos forte na transição da inatividade (estudante ou nem-nem) para

o emprego. Cabe notar que entre o último trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016 houve um aumento na probabilidade dos apenas estudantes migrarem para o desemprego, revertendo neste trimestre a trajetória de queda da PEA nessa faixa etária, explicando parte do forte do desemprego no início de 2016.

OCUPAÇÃO FORMAL E EMPREGO SETORIAL

Os dados do CAGED reforçam a conclusão que o nível de ocupação se deteriorou no primeiro trimestre de 2016. O gráfico 4 revela que foram encerrados 1,88 milhões de postos de trabalhos formais entre abril de 2015 e março de 2016, valor que representa mais de 250 mil vagas a mais que o acumulado no ano de 2015. Em abril de 2016, foram fechados mais de 62 mil postos formais, tendo o saldo acumulado em 12 meses recuado ligeiramente para 1,85 milhões. O saldo negativo de vagas em abril marcou o 13º mês consecutivo com quedas no estoque de ocupações formais, sendo que desde o início da crise em outubro de 2014, já se acumula o encerramento de mais de 2,58 milhões de vagas com carteira de trabalho assinada.

GRÁFICO 4
CAGED – Saldo Líquido em 12 meses
(postos de trabalho)

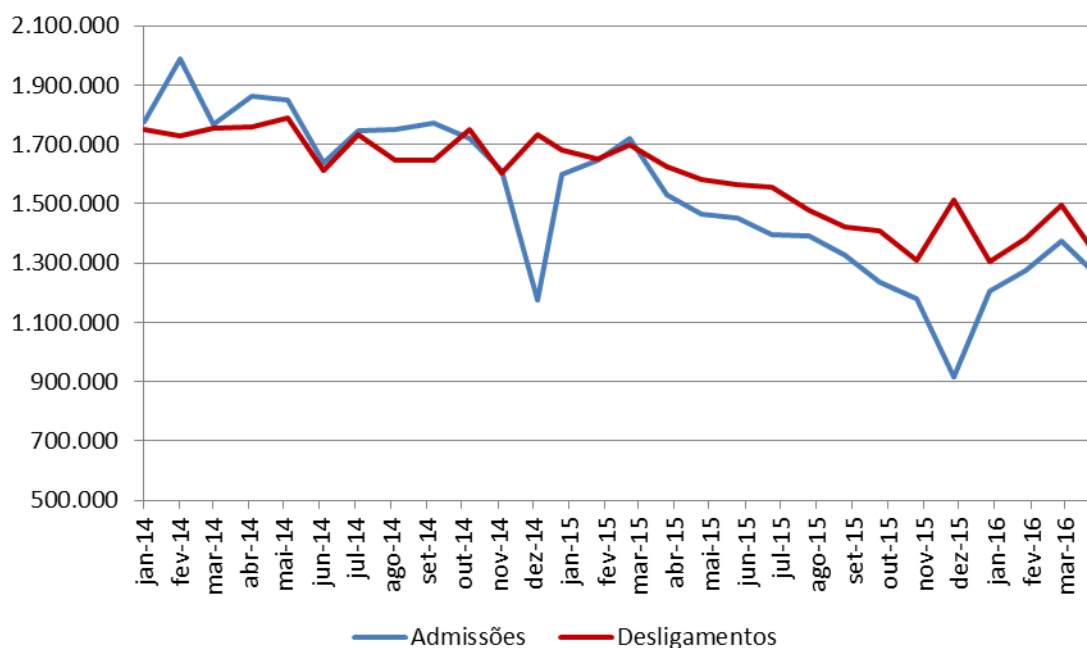


Fonte: MTE.
Elaboração: Ipea/Dimac.

O CAGED aponta também que o fraco desempenho do mercado de trabalho permanece sendo majoritariamente explicado pela expressiva queda na quantidade de admissões, muito mais do que por qualquer elevação no número de desligamentos. Em 2015, houve uma média mensal de 1,54 milhões de desligamentos, contra uma média de 1,71 milhões no ano anterior. Nos quatro primeiros meses de 2016, a média de desligamentos foi de 1,38 milhões. A queda no número de desligamentos pode ser

explicada não só porque incidem sobre um estoque menor de ocupações, como porque em períodos de crise diminuem-se as demissões voluntárias. Ambos os tipos de desligamentos caíram, porém a proporção de desligamentos voluntários que em 2015 situava-se em torno de 23% do total, nos últimos meses ficou em torno de 20%. Por outro lado, a média de admissões mensais que em 2014 eram 1,72 milhões, caíram para 1,40 milhões em 2015 e nos meses iniciais de 2016 atingiam 1,28 milhões.

GRÁFICO 5
CAGED – Admissões e desligamentos
 (Em unidades)



Fonte: MTE.
 Elaboração: Ipea/Dimac.

Na tabela 2 fica claro o fraco desempenho do mercado de trabalho formal ao longo do primeiro trimestre deste ano ao comparar-se o saldo líquido de vagas com o primeiro trimestre de anos anteriores. Enquanto que nos três primeiros meses de 2016 já foram destruídos mais de 323 mil postos formais, no mesmo período de 2015 haviam sido extintas cerca de 65 mil vagas. Os setores que mais contribuíram para essa deterioração foram a indústria, os serviços e comércio. A tabela 2 mostra também o saldo acumulado em 12 meses por setores nos últimos meses. Nota-se que a indústria da transformação responde por cerca de um terço das vagas encerradas. Há também uma participação crescente dos serviços e uma importante parcela da construção civil no recuo dos postos formais de emprego.

TABELA 2

Saldo líquido no primeiro trimestre e em 12 meses por setor de atividade – CAGED

(postos de trabalho)

	Acumulado 1º Trimestre				Acumulado 12 Meses		
	1º T. 2013	1º T. 2014	1º T. 2015	1º T. 2016	fev/16	mar/16	abr/16
Total das Atividades	264.796	303.535	-64.907	-323.052	-	-	-
Extrativa Mineral	1.264	885	-4.728	-2.574	-12.593	-11.882	-11.338
Indústria	102.626	95.951	14.735	-67.596	-678.279	-688.452	-650.584
S.I.U.P.	3.893	3.369	581	-2.300	-10.246	-11.242	-11.559
Const. Civil	68.766	60.882	-53.757	-43.924	-398.280	-404.259	-397.247
Comércio	-74.712	-85.039	-125.470	-167.248	-243.522	-288.184	-297.809
Serviços	158.156	205.479	98.898	-45.002	-388.911	-461.343	-463.750
Adm. Pública	19.634	17.479	11.158	12.655	-13.067	-11.744	-9.416
Agropecuária	-14.831	4.529	-6.324	-7.063	-740	-6.590	-7.009

Fonte: MTE.

Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 3 mostra a variação interanual da ocupação por setores e posição na ocupação nos últimos trimestres de acordo com a PNADC. Os dados setoriais apresentam impressões um pouco distintas das observadas no CAGED. Também na PNADC, a indústria da transformação e a construção civil foram responsáveis por boa parte da deterioração do nível de ocupação, mas a administração pública e o comércio mostraram tendências distintas entre as duas pesquisas. Na PNADC houve uma queda acentuada na ocupação na administração pública, o que não foi verificado no CAGED. E no comércio, observou-se o inverso tendo a queda sido observada no CAGED e não na PNADC. No setor de serviços, desagregando os dados do CAGED, as diferenças com a PNADC não são grandes. Os serviços mais afetados pela crise foram as indústrias financeiras, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas.

TABELA 3

Ocupação por setor de atividade e posição na ocupação - PNADC
(Taxa de variação interanual, em %)

	3º Trim- 14	4º Trim- 14	1º Trim- 15	2º Trim- 15	3º Trim- 15	4º Trim- 15	1º Trim- 16
BRASIL	1,2	1,1	0,8	0,2	-0,2	-0,7	-1,5
Agricultura	-6,3	-9,0	-0,9	-2,1	-1,4	-0,8	-1,1
Indústria	4,7	4,2	1,9	-0,3	-3,9	-7,9	-11,5
Construção	-4,9	-4,1	-4,9	-8,6	-4,0	2,0	-1,2
Comércio	-0,1	0,2	-0,2	1,0	2,1	1,0	0,0
Adm. Pública	1,2	-6,8	-9,0	-11,5	-9,7	-4,0	-3,9
Transporte e Correios	-2,0	1,1	3,4	0,9	3,4	5,8	4,3
Alojamento e Alimentação	4,1	2,1	1,2	4,6	3,1	6,3	4,0
Ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresas	9,2	8,2	5,4	4,9	-1,2	-9,1	-6,3
Saúde e Educação	2,9	11,0	8,4	9,1	9,6	4,9	5,8
Outros Serviços	4,9	3,1	0,4	1,0	-1,3	-1,7	0,2
Serviços Domésticos	0,7	0,3	1,6	0,0	0,6	6,8	4,3
Com Carteira	2,8	1,8	-0,3	-1,9	-2,7	-2,5	-3,1
Sem Carteira	-3,9	-2,3	-1,6	-0,9	0,3	-3,2	-5,2
Conta-Própria	2,5	2,2	4,2	4,7	3,5	5,3	6,5

Fonte: PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

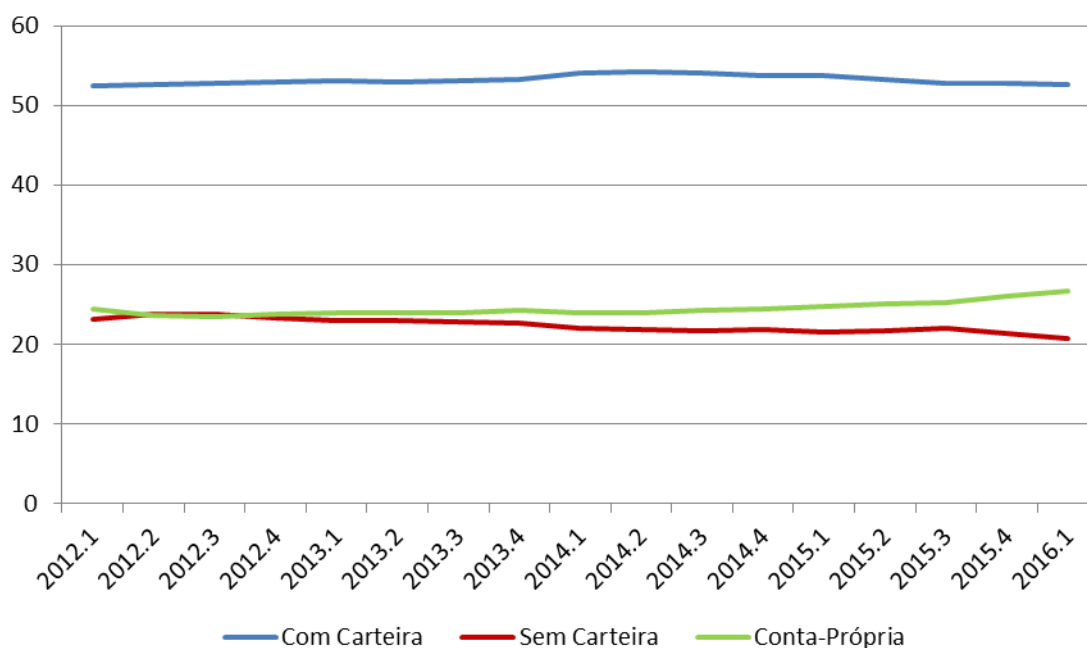
Deve-se ressaltar que existem diferenças de coberturas entre as duas pesquisas que podem explicar essas divergências. Enquanto o CAGED cobre apenas empregados formais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a PNADC registra dados sobre todos os ocupados – inclusive os estatutários e os trabalhadores informais. O detalhamento das variações por posição na ocupação será feito em seguida, mas tabela 3 já revela diferenças entre os trabalhadores formais e informais. Desde o primeiro trimestre de 2015 observa-se uma queda crescente na ocupação com carteira assinada. Entretanto, o nível de ocupação entre os empregados sem carteira assinada também apresentou uma deterioração expressiva. E, à medida que a crise econômica agravou as condições do mercado de trabalho, um grande influxo de ocupados buscou trabalho por conta-própria como alternativa ao desemprego. De certa forma, o mesmo argumento pode ser estendido à reversão da tendência de queda do número de ocupados nos serviços domésticos que vinha sendo observada até recentemente.

A perda de ocupados entre os empregados informais fez com que a taxa de formalidade (entendida aqui como a proporção de trabalhadores formais entre os ocupados, exclusive empregadores) não apresentasse uma queda que fosse proporcional ao agravamento do desemprego. Conforme se vê no gráfico 6, a taxa de formalidade no primeiro trimestre de 2016 situou-se em 52,7%, que, apesar de menor que o pico de 54,3% (2º trimestre de 2014), é o mesmo patamar observado em 2012, enquanto que a taxa de desemprego atual está em níveis bem superiores que à de 2012.

GRÁFICO 6

Taxa de Formalidade – (proporção de trabalhadores com carteira, sem carteira e conta-própria)

(Em %)



Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 4 mostra a variação interanual da ocupação por setor de atividade e posição na ocupação no primeiro trimestre de 2016 na PNADC para que se possibilite entender algumas das diferenças observadas entre esta pesquisa e o registrado no CAGED. Verifica-se que, conforme esperado, as informações das duas pesquisas sobre os empregados com carteira são mais consistentes entre si. Percebe-se que a sustentação da ocupação no comércio observada na tabela 3 se deve ao influxo de trabalhadores por conta-própria, tendo a ocupação formal também se reduzido nesse setor. É o mesmo caso de outros setores que mostraram sustentação do nível de ocupação, como transporte e alojamento e alimentação, onde há queda da ocupação formal e sem carteira, que foi compensada por trabalhadores por conta-própria. O que resta por ser explicado é a queda mais intensa nos empregados públicos captada na PNADC ao longo de 2015, mesmo entre celetistas e estatutários, movimento que, no caso dos celetistas, não foi observado no CAGED.

TABELA 4

Ocupação por setor de atividade e posição na ocupação - PNADC 1º trimestre de 2016

(Taxa de variação interanual, em %)

	Com Carteira	Sem Carteira	Conta-Própria
BRASIL	-3,1	-5,2	6,5
Agricultura	3,2	-7,4	3,0
Indústria Transformação	-14,4	-13,2	3,1
Indústria Extrativa	-8,0	-21,1	12,9
SIUP	-16,1	-30,1	-5,5
Construção Civil	-3,9	-5,1	3,8
Comércio	-1,2	-5,1	6,9
Ind. Fin., Imobiliária e Serv. à empresas	-7,3	-14,9	6,4
Transporte	-0,5	-7,6	16,4
Serviços Pessoais	-5,4	-6,9	7,1
Adm. Pública	-3,1	-7,8	---
Saúde e Educação	6,1	0,6	17,2
Alojamento e Alimentação	2,0	-3,2	15,7
Serviços Domésticos	11,7	0,8	---

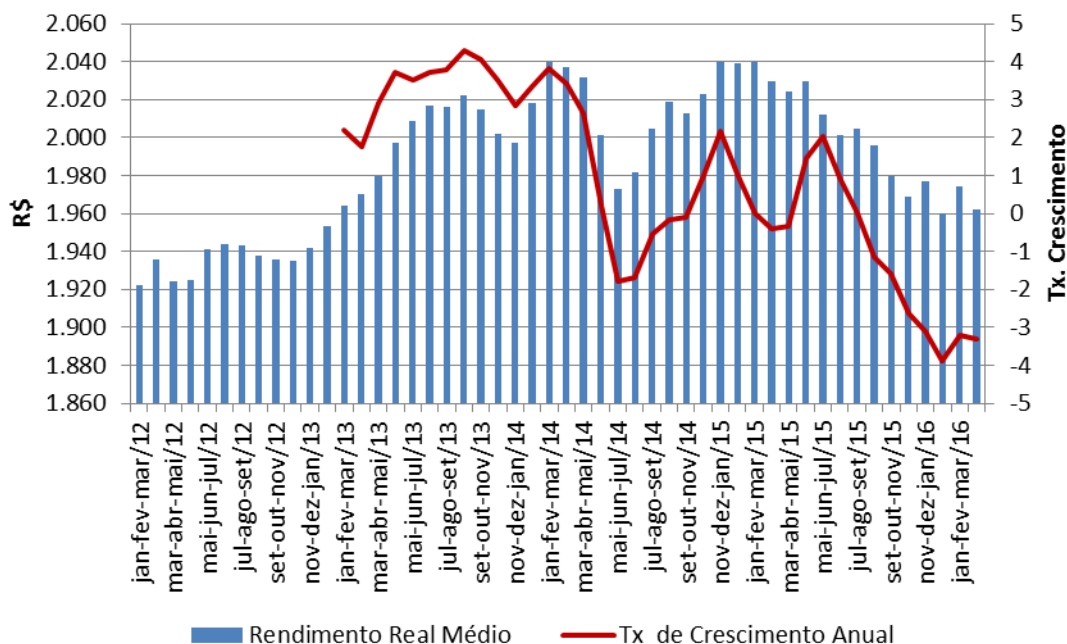
Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

RENDIMENTOS

O primeiro trimestre de 2016 não apresentou melhoras na evolução do rendimento médio do trabalho. Medidos em reais de março de 2016, a média dos rendimentos no primeiro trimestre ficou em R\$ 1974,00, apenas cinco reais maior que a média do último trimestre de 2015, porém bastante abaixo dos R\$2040,00 observados no início de 2015 e final de 2014. No entanto, no trimestre que terminou em abril, a média novamente recuou para R\$ 1962,00. A taxa de crescimento anual do rendimento real médio vem caindo desde meados de 2015 tendo atingido uma queda de quase 4% no trimestre que terminou em fevereiro, e situando-se em uma queda de 3,3% na renda no último trimestre observado.

GRÁFICO 7
Rendimentos Reais –PNADC
 (Em R\$ e %)



Fonte: IBGE/PNADC.
 Elaboração: Ipea/Dimac.

A Tabela 5 revela que a queda dos rendimentos foi generalizada pelos diferentes setores, porém, ao contrário da ocupação, a indústria da transformação não foi o setor mais afetado pela crise. Ao mostrar a taxa de crescimento anual dos rendimentos reais por setor de atividade nos últimos trimestres, a tabela revela que de modo geral as maiores perdas salariais foram em setores que exigem menor qualificação em média, como construção civil, comércio, alojamento e alimentação e outros serviços. Setores com mão de obra mais qualificada como a indústria, administração pública e a indústria financeira e imobiliária apresentaram menores perdas de renda.

TABELA 5

Taxa de crescimento anual dos rendimentos reais por setor - PNADC

(Taxa de variação interanual, em %)

	3º Trim- 14	4º Trim- 14	1º Trim- 15	2º Trim- 15	3º Trim- 15	4º Trim- 15	1º Trim- 16
BRASIL	-0,5	1,0	0,0	1,5	0,0	-2,6	-3,2
Agricultura	1,8	1,7	2,0	-1,8	-2,4	-3,4	-8,0
Indústria	1,9	-1,1	0,1	3,8	-0,9	2,5	-3,3
Construção	-6,1	-1,9	-6,2	-4,4	-0,9	-0,7	-0,1
Comércio	-3,4	-1,0	0,1	-0,1	-1,0	-5,6	-5,5
Adm. Pública, Saúde e Educação	-0,9	0,2	1,0	3,3	2,8	0,6	-1,1
Transporte e Correios	-2,7	4,2	-1,6	-1,5	-1,6	-6,3	-4,3
Alojamento e Alimentação	-1,5	-2,6	-5,9	-4,7	-1,4	-4,3	-3,6
Ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresas	-1,7	1,8	0,0	0,1	-0,6	-2,6	1,1
Outros Serviços	-1,6	-1,6	-0,8	1,4	-2,6	-4,2	-7,5
Serviços Domésticos	4,5	3,2	1,2	1,6	-1,3	-2,0	-0,3

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

Os dados dos rendimentos setoriais sugerem que a evolução do rendimento médio pode estar escondendo importantes diferenças distributivas. Na tabela 6 mostra-se a evolução da distribuição dos rendimentos reais por decil. O único decil que não apresentou queda real no rendimento na comparação entre o primeiro trimestre de 2016 e mesmo trimestre do ano anterior foi o terceiro decil, que é composto por trabalhadores que recebem o salário mínimo. De modo geral, os trabalhadores que recebem abaixo do salário mínimo (dois primeiros decis) apresentaram uma queda real nos rendimentos de quase 10% nos últimos 12 meses. A mesma queda ocorreu com os decis próximos a valores aglutinadores (R\$1000 e R\$2000, mediana e oitavo decil respectivamente). As menores quedas relativas no rendimento ocorreram nos decis intermediários e no decil superior. Tais movimentos se traduziram em uma estabilidade do coeficiente de Gini dos rendimentos do trabalho ao longo desse período recessivo. O índice indicava 0,492 no último trimestre de 2014 e manteve-se estável em 0,49 durante 2015. No primeiro trimestre de 2016 caiu ligeiramente para 0,487.

TABELA 6

Distribuição dos rendimentos reais por decil – PNADC

(Em R\$ de fevereiro de 2016)

DECIL	2014				2015				2016
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
1	357,0	349,6	346,9	342,6	387,9	376,9	369,4	331,4	350
2	714,0	699,3	693,8	708,1	775,9	753,7	738,8	673,1	700
3	861,5	843,8	837,2	826,9	873,4	848,5	831,7	816,1	880
4	952,0	932,4	925,1	913,7	931,0	915,2	907,6	911,3	900
5	1104,3	1107,2	1110,1	1142,1	1108,4	1076,8	1055,4	1035,6	1000
6	1309,0	1328,6	1387,7	1370,5	1330,1	1292,1	1266,5	1242,7	1280,8
7	1666,0	1654,9	1674,5	1713,1	1662,6	1615,1	1583,1	1553,4	1600
8	2379,9	2330,9	2312,8	2284,1	2216,8	2153,5	2110,8	2071,2	2000
9	3569,9	3496,3	3469,2	3426,2	3325,1	3230,3	3166,2	3106,8	3100

Fonte: IBGE/PNADC.

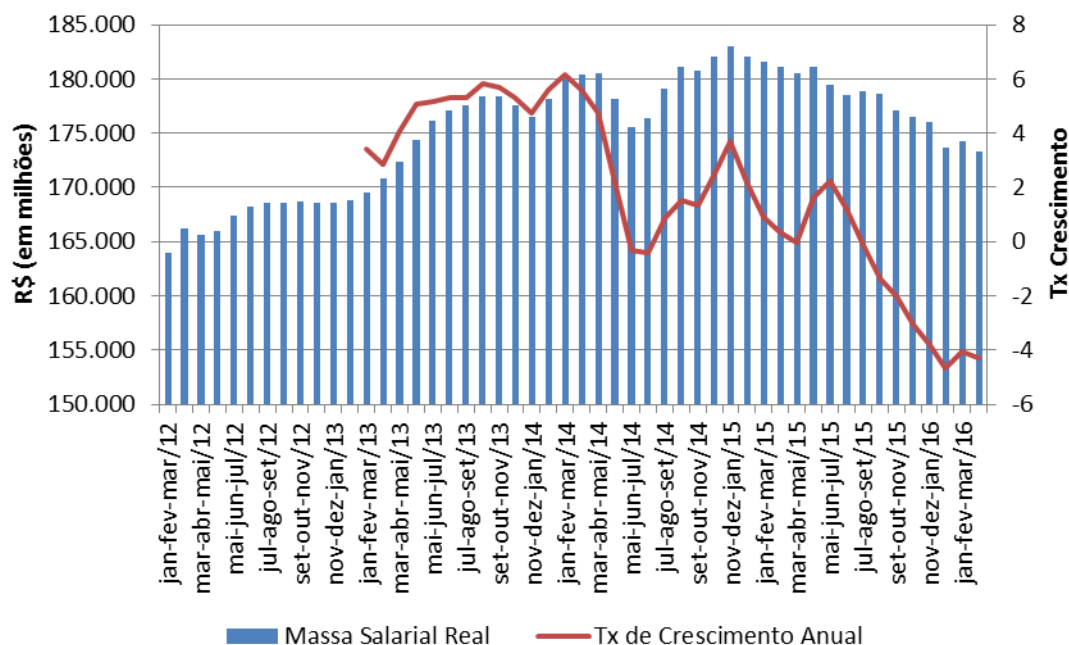
Elaboração: Ipea/Dimac.

As quedas no rendimento generalizadas por setores e ao longo da distribuição, somadas à diminuição do nível de ocupação fazem com que a deterioração da massa salarial real seja ainda mais pronunciada que a queda do rendimento médio, conforme mostra o Gráfico 8.

GRÁFICO 8

Massa Salarial Real –PNADC

(Em R\$ e %)



Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Ipea/Dimac.

A taxa de crescimento anual da massa salarial também começou a declinar em meados de 2015 tendo atingido uma queda de 4,7% no trimestre que se encerrou em

fevereiro de 2016, no entanto a aceleração do crescimento da massa salarial apresentada no início do ano passado foi menos intensa que a do rendimento médio, já refletindo a fraqueza do nível de ocupação. No trimestre entre fevereiro e abril de 2016, a massa salarial se situou em 173 bilhões de reais, mesmo patamar que se encontrava há três anos.